

Anais da Assembléia

CURITIBA, 22 E 23 DE OUTUBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eley Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Karhosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 180ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 22 de Outubro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Fuad Nacli e Erondy Silvério.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Muggiati Filho — David Federmann — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva — Álvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arthur de Souza e Domício Scaramella (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 22/74 que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, com intervenção de Órgãos que especifica, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 181ª Sessão Ordinária
Realizada em 22 de Outubro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Fuad Nacli e Erondy Silvério.

As 14,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Muggiati Filho — David Federmann — Álvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço a verificação de "quorum" para o prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o Requerimento. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. 1.º Secretário procede à chamada).

O SR. HÉLIO MANFRINATO — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço deixar sem efeito o pedido de verificação de "quorum", em virtude dos trabalhos de emergência que se encontram sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Deferido, e solicito a suspensão da chamada nominal.

Não há Expediente a ser lido. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 243/73 de autoria do Deputado Maurício Fruet, que suprime a partir de 1974, nos Estabelecimentos de Ensino de 1.º e 2.º Graus do Estado, as aulas aos sábados, onde cumprir-se-á,

no mínimo, 180 e 190 dias de trabalho escolar efetivo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 279/73, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública a "Associação Interconfeccional de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Japira, trator marca John Deere, dado em comodato pela Secretaria da Agricultura ao referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Amélia Kombi Volks, ano 1966 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/74, de autoria do Deputado Francisco Borsari Netto, que dá nova redação ao art. 1.º da Lei n.º 6.544, de 22 de maio de 1974. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/74, de autoria do Deputado Francisco Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo dispensar a exigência da construção do restaurante popular tipo SAPS, constante no art. 2.º da Lei n.º 726, de 31.10.51. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, Artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 214/71, de autoria do Deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo construir uma Rodovia ligando os municípios de Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz a Ortigueira, saindo na "Rodovia do Café" (BR-376), e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 214/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma rodovia ligando Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz a Ortigueira, saindo na "Rodovia do Café" (BR-376).

Art. 2.º — O Orçamento Geral do Estado consignará dotação especial para cobrir as despesas com a execução da obra acima.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) Hélio Manfrinato

JUSTIFICATIVA:

Constitui um legítimo anseio das populações dos municípios de Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz e Ortigueira, a construção de uma rodovia "alimentadora" que, diminuindo distâncias, iria se encontrar com a "Rodovia do Café", nas proximidades da última cidade citada. Esta via, além de desafogar o grande tráfego da Rodovia do Café, nas confluências de Maringá, teria o condão, ainda, de carrear para o escoadouro marítimo do Estado, a grande produção agrícola daqueles municípios, hoje onerados devido a maior distância a ser percorrida com elevados fretes.

A Câmara Municipal de Cianorte, em sessão realizada no último dia 21, por unanimidade, solidarizou-se a essa expectativa de sua população, e, no mesmo sentido os outros legislativos municipais. É uma reivindicação justa e de alto alcance econômico-social.

Requerimento

Curitiba, 28 de maio de 1974.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência, as devidas providências, a fim de que seja restaurado o Projeto de Lei n.º 214/71, que foi extraviado.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) Ovidio Franzoni — Deputado.

Excelentíssimo Senhor João Mansur

Digníssimo Presidente deste Poder — N/Edifício.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 214/71

Autor: Deputado Hélio Manfrinato.

RELATÓRIO E PARECER

1 — Pretende o autor da proposição, autorizar o Poder Executivo a levar a efeito a construção de uma rodovia ligando a Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz a Ortigueira, saindo na Rodovia BR-376 — Rodovia do Café.

2 — O projeto constitui mera autorização legislativa, sendo pacificamente aceitos tais projetos nesta Comissão, que os entende constitucionais e legais.

3 — Opinamos no sentido de sua aprovação.

Sala das Comissões, 17-11-1971.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Muggiati Filho — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 214/71

I) — Trata o Projeto em pauta de mera autorização ao Poder Executivo, já com parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

II) — Desde que esta rodovia esteja incluída no Plano de Obras do Governo e tenha recurso previsto no Orçamento Geral do Estado, nada impede que esta Comissão aprove o Projeto.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06-08-74.

Quielise Crisóstomo — Presidente.

João Fadel — Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 214/71

Autor: Hélio Manfrinato.

PARECER

O presente projeto de lei vem atender aos anseios da população daqueles municípios. A medida é justa e merece a aprovação desta Comissão.

Trata-se de mera autorização legislativa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 9 de outubro de 1974.

Borsari Netto — Presidente

Leopoldo Jacomet — Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 283/73, de autoria do Deputado Paulo Poli, que cria Cursos Normal e Científico, no Município de Terra Roxa, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 283/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados um Curso Normal e um Curso Científico no Município de Terra Roxa, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de novembro de 1973.

(a) Paulo Poli

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com a criação dos Cursos Normal e Científico no Município de Terra Roxa, proporcionar à população daquele Município que se encontra em pleno desenvolvimento, condições para o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar o interesse pelo estudo, dentro do que determina a nova política de ensino adotada pelo Governo Federal.

Com a criação dos referidos Cursos, a população jovem do mencionado Município, estará contando com um maior número de oportunidades profissionais, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento geral da região que o ensino proporciona.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 283/73

Autor: Deputado Paulo Poli.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Paulo Poli, o presente Projeto de Lei visa criar no Município de Terra Roxa, um Curso Normal e um Curso Científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

A Proposição vem devidamente elaborada conforme preceitua o art. 123 e parágrafos do Regimento Interno da Casa.

No aspecto constitucional, legal e jurídico, a proposição está conforme. Quanto à oportunidade, nada há a contestar.

Assim sendo, opino pela aprovação do Projeto para ulterior trâmite regimental.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 5-12-73.

Antônio Costa — Presidente.

Antônio Lopes Júnior — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 283/73

Autor: Deputado Paulo Poli.

Assinado pelo ilustre Deputado Paulo Poli, o plano de Lei em exame visa criar no Município de Terra Roxa, para funcionar no próximo ano letivo, um Curso Normal e Curso Científico.

Sob o aspecto financeiro que esta Comissão cabe examinar na iniciativa, sou de parecer que ela está em condições de ser aprovada pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 1.º-04-74.

Quielise Cristóstomo — Presidente.

Gilberto Carvalho — Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 283/73

PARECER

O presente plano de Lei já recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

Entendemos justa e oportuna a medida pleiteada, por isso opinamos pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em... de..... de 1974.

Antônio Lopes Júnior — Presidente e Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/73, de autoria do Deputado Alvaro Dias que autoriza o Poder Executivo construir, através da S.V.O.P., uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova, no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 69/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova, no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana, no Município de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de abril de 1973.

(a) Alvaro Dias

JUSTIFICAÇÃO:

A medida, se concretizada visa beneficiar moradores daquela região progressista, que precisam percorrer longa distância para se comunicar com centro maior.

Região de alta produtividade, será grandemente beneficiada com a obra pleiteada, sobretudo porque poderá se utilizar da rodovia Londrina-Mauá-Porto Charles Nauphal, para escoamento da produção.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 69/73

De autoria do ilustre Deputado Alvaro Dias, visa o Projeto de Lei ora em exame, autorizar o Poder Executivo, a construir, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova, no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana, no Município de Londrina.

Do ponto de vista constitucional e legal a proposição está em condições de ser aprovada, uma vez que se trata de mera autorização legislativa. Entretanto, o Projeto, na sua redação, apresenta um lapso, pois não mais existe a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Assim sendo, somos pela sua aprovação, mas nos termos do Substitutivo anexo.

É o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

Antônio Costa — Presidente.

Sebastião Rodrigues — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI N.º 69/73

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria dos Transportes, uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana, no Município de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

Antônio Costa — Presidente.

Sebastião Rodrigues — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 69/73

Autor: Deputado Alvaro Dias.

PARECER

O presente Projeto de Lei visa beneficiar região de alta produtividade, para escoamento de produção e moradores que irão se beneficiar com um percurso menor.

Somos pela aprovação nos termos do Substitutivo anexo. A matéria é meramente autorizatória.

Parecer favorável, com substitutivo.

Sala das Comissões, em... de agosto de 1973.

Quielise Cristóstomo — Presidente.

Francisco Escorsin — Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 69/73

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei, ora submetido ao exame desta Comissão, é autorizar o Poder Executivo a construir através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova, no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana, no Município de Londrina.

As Decutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, já opinaram em sua devida oportunidade, pela aprovação do Projeto.

Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, não vemos qualquer óbice que se lhe possa antepor.

Assim sendo, opino pela aprovação do projeto para posterior trâmite regimental, na forma do Substitutivo apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em... de..... de 1974.

Borsari Netto — Presidente

Antônio Belinati — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 55/74, 80/74 e 122/74.
2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 214/71, 283/73 e 69/73.
1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 276/73, 93/74 e 106/74.
Marcando ainda, uma Sessão para o dia 24, quinta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 214/71, 283/73 e 69/73.
2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 276/73, 93/74 e 106/74.
1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 145/73 e 108/74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quiesle C. Silva e contando com a presença dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias.

Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hcra do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos:

PROJETO DE LEI N.º 38/74 — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo elevar a pensão mensal do Senhor Fred Hauber para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros). Relator: Senhor Deputado Igo Losso. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 54/74 — de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal ao Senhor Otávio Moreira da Silva, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Relator: Senhor Deputado Igo Losso. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 92/74, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Colombo, 10 (dez) destocadores modelo 6A-DET e 2 (dois) guinchos Hister, números, séries e lotes que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator: Senhor Deputado Gilberto Carvalho, com emenda substitutiva do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quiesle C. Silva — Presidente.

a) Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 182.ª Sessão Ordinária

Realizada em 23 de Outubro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ovidio Franzoni, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Bianchi e Lázaro Dumont.

As 14,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zenuzzo — Domicílio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Iris Caldari — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Balinati — Arizone Araújo — Eorsari Neto — Emilio Carazzzi — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Padel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Muggiati Filho (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R e s o l v e :

Art. 1.º — A Divisão de Material e Patrimônio, do Departamento Administrativo, com a competência definida pelo inciso IV, do Art. 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passa a ser:

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Ao Departamento de Material e Patrimônio compete:

1 — Pela Divisão de Compras:

a) — Pela Seção de Cadastro de Fornecedores:

1 — Organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores com especificações por anos, endereços e operações já realizadas com a Secretaria;

2 — processar informações cadastrais e expedir certificado de registro de fornecedores;

3 — manter atualizado o registro cadastral, anotando alterações havidas, tais como: capacidade operativa, desempenho dos contratos, irregularidades eventualmente cometidas na execução, etc.;

4 — classificar em categorias, conforme atividades para facilitar as licitações em geral, segundo a sua capacidade técnica e financeira, atribuindo-se-lhe em cada caso uma situação dentro de uma escala preestabelecida que permita o conhecimento de sua qualificação para determinada concorrência, tomada de preços ou convite.

b) — Pela Seção de Licitação:

1 — Efetuar procedimento administrativo, obedecendo normas e legislação estabelecidos pelos Decretos-Lei n.º 200, de 27 de fevereiro de 1967 e Lei n.º 5.456, de 20 de junho de 1968;

2 — Procedimento formal vinculado às prescrições legais que regem em todos os seus atos e fases, tais como: publicidade dos atos de licitações, sigilo na apresentação das propostas, vinculação ao Edital, etc., nos processos que tem objeto, obra, serviço, compra, alienação, locação ou concessão;

3 — efetuar licitação nas modalidades de: concorrência, tomada de preços, convite, com base nos dados fornecidos pela Seção de Cadastro de Fornecedores;

4 — fornecer os dados necessários e informações solicitadas pela Seção de Cadastro de Fornecedores, assim como à Comissão de Tomada de Preços.

II — Pela Divisão de Almoxarifado:

c) — Pela Seção de Material de Consumo:

1 — Receber o material adquirido pela Divisão de Compras, conferindo-o com as respectivas notas e faturas;

2 — guardar e conservar em depósito o material recebido, registrando-o a fim de manter, através de fichas, controle de sua movimentação e consumo;

3 — fornecer às dependências da Secretaria da Assembléia o material que, através do Diretor Geral, for por ela requisitado;

4 — manter controle, através de fichas de consumo de material nos diversos setores da Secretaria, providenciando para que os seus estoques mínimos sejam calculados na razão de dois meses de consumo.

d) — Pela Seção de Controle de Material de Consumo:

— centralizar o serviço de controle de material de consumo da Secretaria, devendo:

1 — efetuar periodicamente o levantamento (conferência) do estoque de material de consumo existente nas diversas dependências da Assembléia;

2 — com os dados fornecidos pelos Serviços Autônomos, Divisões e Seções que mantêm estoques de material de consumo, elaborar mensalmente o relatório detalhado com especificações do estoque anterior, consumo do mês, valor do material e estoque atual;

3 — com os dados disponíveis elaborar anualmente ou quando solicitado pela Diretoria Geral, relação de previsão para compra de material de consumo e fornecer à Comissão de Planejamento de Compras, os dados solicitados, assim como colaborar com a Comissão de Orçamento desta Casa.

III — Pela Divisão de Patrimônio:

e) — Pela Seção de Cadastro Patrimonial:

1 — Organizar e manter atualizado o cadastro de material permanente, dando-lhe baixa dos equipamentos, máquinas e móveis inutilizados ou alienados;

2 — classificar os bens patrimoniais da Assembléia, mantendo fichário próprio, em que se anotarão o respectivo destino e localização;

3 — efetuar periodicamente atualização dos valores do patrimônio, tanto imóveis como móveis, máquinas e equipamentos diversos;

4 — expedir e atualizar periodicamente ou quando necessário, os termos de responsabilidade dos materiais considerados permanentes, sob a responsabilidade dos setores diversos da Secretaria da Assembléia.

f) — Pela Seção de Conservação e Manutenção:

1 — zelar pela conservação dos móveis, máquinas e equipamentos diversos da Assembléia, providenciando o que, para este fim for necessário;

2 — promover as operações de manutenção, reparação e conserto que se fizerem necessários para o bom funcionamento dos equipamentos, máquinas e instalações da Assembléia;

3 — prover a execução e fiscalização dos serviços de manutenção dos elevadores, sistema telefônico e instalações elétricas da Assembléia; e,

4 — elaborar trimestralmente, relatórios dos trabalhos efetuados pelo setor, e periodicamente, quando necessário — sugestões e previsões, para melhor conservação e manutenção dos maquinários, equipamentos, etc..

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1974.

(a) — Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Projeto de Resolução, única e exclusivamente atendendo dinâmica da administração de materiais e obedecendo principalmente a sistemática de licitações que sofreu fundamental modificação no direito brasileiro, com o advento do Decreto Lei n.º 200, de 27 de fevereiro de 1967, que derogou os princípios obsoletos do velho Código de Contabilidade Pública da União e seus Regulamentos, atualizar, agilizando e simplificando esses procedimentos, de modo a atender às exigências do Serviço Público e às modernas técnicas administrativas — Lei n.º 5.456, de 20 de julho de 1968 — que determinou aplicação dos preceitos das licitações federais aos Estados e Municípios e ter melhor controle do material adquirido pela Casa, para isso dar uma nova estrutura administrativa, transformando a Divisão de Material e Patrimônio em um Departamento, com atribuições ampliadas, passando as Seções de Compras, Almoxarifado e Cadastro. A Divisão de Compras, Divisão de Almoxarifado e Divisão de Patrimônio, — criando as Seções de: cadastro de fornecedores; de Licitação; de Material de Consumo; de Controle de Material de Consumo; de Cadastro Patrimonial e mantendo a Seção de Conservação e Manutenção, que passará fazer parte da Divisão de Patrimônio.

Apresentamos o presente plano de Lei à consideração do Plenário, esperando se lhe dê apoioamento.

Apoiamento:

Alvaro Dias
Maurício Fruet
Wilson Fortes
Fuad Nacli
Francisco Escorsin
Leopoldo Jacomet
Nelson Buffara

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 173/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Creche e Escola Maternal "O Bom Pastor", com sede e foro em Curitiba, Paraná, mantida pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1974.

(a) — Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A Creche e Escola Maternal "O Bom Pastor" tem por objetivo a prestação de assistência à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança; prestando assistência alimentar e médica à criança e à gestante, recreação e educação dos mesmos com amparo às mães que trabalham fora do lar.

Pelas razões estatutárias que apresentamos, é fácil verificar que a entidade, pelas altas finalidades, merece ser declarada de Utilidade Pública.

Atualmente possui com crianças que ali são assistidas, numa louvável participação comunitária à solução dos problemas sociais.

Os Estatutos estão devidamente registrados no 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob n.º 385, em 11 de junho de 1971.

Esperamos, assim, que o presente Projeto seja devidamente aprovado pela Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, embora V. Exa. esteja ocupando a Presidência provisoriamente, gostaria de fazer um apelo para que determinasse a quem de direito no sentido de que as notas taquigráficas de pronunciamentos feitos nesta Casa pelos Senhores Deputados se sejam fornecidas após a revisão, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno da Casa. E explico a razão de meu pedido.

Há poucos dias fiz um pronunciamento nesta Casa em favor do professorado, não apenas cumprindo meu dever de representante do povo com relação a esta nobre classe. Um pronunciamento mais em tom de apelo ao Governador do Estado. Minutos após ao término da Sessão o Sr. Governador já tinha em mãos as notas taquigráficas de meu pronunciamento, sem a minha revisão. E isto contrariando o que dispõe o Regimento Interno da Casa. Não que eu tenha receio do que afirmo desta Tribuna livre que o povo me conferiu mas é para que não haja distorção no que foi dito, às vezes por um descuido da taquigrafia da Casa. É necessário que o Deputado faça a revisão para que a Mesa então forneça cópia dos pronunciamentos a quem a solicitar.

Reitero mais uma vez minha posição de que não tenho receio de que a Mesa forneça cópias de meus pronunciamentos a quem quer que seja. São públicos e são uma síntese daquilo que é obrigação do Deputado fazer para bem representar o povo que o elegeu.

Lamento profundamente a irritação do Governador Emílio Gomes. Tive sempre S. Exa. na conta de um homem de coração aberto, um homem esclarecido que trouxe ao Paraná uma missão que era a pacificação da família paranaense.

Muitas e muitas vezes ocupei a Tribuna da Casa para agradecer ao Presidente Médici que em tão boa hora escolheu o Sr. Emílio Gomes para dirigir os destinos do Paraná, apagando a impressão terrível que ficou no coração do povo paranaense quando o Governo da Revolução, num momento de infelicidade, indicou para governar este grande Estado um homem que não tinha condições de fazê-lo, o Sr. Leon Pires.

Mas elogiemos o Presidente Emílio Garrastazu Médici quando indicou para substituir aquele Governo o Sr. Parigot de Souza e posteriormente o Sr. Emílio Gomes.

Com os seus primeiros atos de governo, restabeleceu o ânimo, a esperança e a concordância no coração dos paranaenses. Por esta razão é que lamento não ter S. Exa. compreendido a função de Deputado, compreendido o papel que lhe cabe neste Legislativo, que é a casa do povo. Neste Legislativo onde o povo traz as suas amarguras, suas queixas e suas esperanças. E na ação do Deputado que o povo se completa, porque o povo não pode falar, mas tem seus representantes que por ele falam. S. Exa. já foi Deputado por três mandatos, não poderia se irritar com meu pronunciamento. Não poderia tomar a atitude que ele tomou comigo, que eu não vou, por uma questão de ética, falar desta Tribuna, mas tenho certeza que o Governador Emílio Gomes daqui a 60 minutos terá em mãos as notas taquigráficas do meu discurso, ele bem sabe o ato, o gesto, que ele teve comigo, de represália por eu ter defendido uma classe que está sendo espinhada, uma classe que não tem outro interesse que não seja o interesse do ensino no Paraná.

Não fiz mais do que minha obrigação, a de transmitir a V. Exa. a aflição do professorado paranaense, e não o fiz e não o faço por ser véspera de eleição, mas é minha maneira de ser, é minha maneira de jogar aberto, de ser governo quando o governo merece que se lhe dê apoio e de ser independente, — já não digo oposição — mas de ser independente quando se trata de levar as aflições do povo aos ouvidos de S. Exa.

Lamento, mas não perdo-o, Governador Emílio Gomes, que V. Exa. esteja sendo tão injusto com o professorado, por ver em cada pessoa que defende a nobre e valorosa classe do professorado, um inimigo. V. Exa. deve estar errado, V. Exa. deve determinar, não amanhã, mas hoje ainda, a remessa a esta Casa, do Estatuto do Professor, porque ele é em síntese, a última esperança dessa humilhada classe.

Deixe, Governador, melindres pessoais de fora e encarne-se no seu papel de chefe da coletividade paranaense e representante do Governo Revolucionário no Paraná, porque a Revolução não quer outra coisa, senão paz, harmonia e progresso. A Revolução não quer isso que estamos presenciando diariamente nos programas gratuitos do Tribunal Regional Eleitoral, onde uma oposição, na ânsia de conquistar os votos, transforma-se numa vedete que não reconhece os grandes méritos dos três Governos Revolucionários e apenas aponta-lhes os erros, quando sabemos que nesses 10 anos de Governo Revolucionário, o Brasil avançou em técnica, em progresso e em desenvolvimento, praticamente 100 anos.

Hoje, nós ombreamos com as maiores Nações da terra. As conquistas feitas em todos os setores da atividade humana, nos colocam em situação de igualdade com as Nações mais desenvolvidas. Isso é um orgulho para o brasileiro, porque o brasileiro é acima de tudo, um povo que se orgulha com a grandeza de sua Pátria. Nós sabemos perfeitamente que os governos da Revolução tem erros. Sabemos que não tem conseguido, dada a conjuntura econômica nacional, reprimir e manter uma estabilidade no alto do custo de vida. Nós sabemos também que isso se deve a fatores independentes da vontade do governo, que é patriota e quer o bem estar do povo brasileiro. Mas esta é uma geração sacrificada. A nossa geração é a geração que tem que sofrer para que as futuras gerações recebam uma Pátria independente, uma Pátria ativa, uma Pátria economicamente forte. Já saímos do clube dos países subdesenvolvidos, hoje, sentamos à mesa que congrega os Ministros da Fazenda dos Países ditos Países ricos.

Hoje, a voz do Brasil já se faz ouvir com respeito, no cenário econômico internacional.

Isso tudo, nós devemos a uma política sadia, e uma política sem demagogia, a uma política que todo o Brasil deve continuar apoiando que é a política econômica do Governo Federal.

Mas o Governo Federal não quer o sacrifício de nenhuma classe, principalmente, da valorosa classe do professor, porque são eles que tem a missão de preparar as futuras gerações a quem nós já no amanhã, vamos entregar a direção deste País. Estamos preparando uma pátria poderosa aos nossos filhos e aos nossos netos.

E quem tem a missão sublime de ensinar-lhes, não só as primeiras letras, mas como também, os primeiros ensinamentos da moral e do patriotismo, se não o professor? Então, é preciso que se dê maior atenção ao professor, é preciso como eu disse anteriormente, que se deixem os melindres pessoais de lado, é preciso que se vá ao encontro das aspirações do professor. Ainda mais, que ele não exija nada fora do alcance do Tesouro do Estado; ainda mais que eles concordem que as vantagens advindas da implantação de um estatuto, sejam feitas por etapas, a fim de que não se onere o Tesouro do Estado; a fim de que não se interrompa o ciclo de desenvolvimento que vive o Paraná.

Então não há razões para que se leve o professor a um estado de desespero. Não há razões para que assistamos aquele espetáculo deprimente como assistimos em 63 ou 69, não me lembro bem. Quando o professorado na justa repulsa e revolta, contra o que se fez naquela época, não foi greve, apenas deixaram de comparecer às aulas pela impossibilidade financeira de fazer.

E hoje, o professor está quase na mesma situação. É necessário que o Sr. Governador, que daqui a pouco vai ler palavra por palavra do que estou dizendo, se aperceba do perigo iminente, de uma revolta do professorado, levado pelo desespero, pelo desespero da necessidade. Não existem razões para reter-se o Estatuto se existisse, eu não estaria aqui falando neste tom.

Analisarei a situação econômico-financeira do Estado, não só a situação econômica mas como disse, a financeira. Sabemos que o Sr. Governador tem condições não só da implantação das vantagens advindas do Estatuto do Professor, mas como melhorar a todo o funcionalismo público do Estado. Porque isto que concedeu agora, foi uma esmola, Governador Emílio Gomes. Saiba V. Exa. que eu combati este abono de 10%. A minha luta não é de hoje, véspera de eleições. A minha luta foi quando V. Exa. mandou a Mensagem a esta Casa. Quando fiz apelo pessoal a V. Exa. no seu gabinete, para que em vez do abono, fosse concedido um aumento. Mas V. Exa. diz que as condições não comportam um aumento e sim um abono, e assim frustrou-se mais uma vez as esperanças de todo o funcionalismo do Estado que hoje recebe como caridade, como esmola, o que lhe é devido de direito pelo seu trabalho em favor da administração do Estado. Recebe este abono de 10% como uma bofetada, uma bofetada no rosto de quem trabalha.

Ainda há tempo, nobre Governador! Sei que V. Exa. tem um coração muito bom, pois atos anteriores de V. Exa. assim o demonstram. Se V. Exa., como tem obrigação de fazê-lo, acompanha a vida administrativa do País, sabe que por inspiração do eminente Presidente Geisel o Ministro da Fazenda constituiu um grupo para, num prazo urgentíssimo, elaborar estudos para a concessão de um abono provisório até que chegue o salário mínimo às classes trabalhadoras do País e, por extensão, ao funcionalismo da União.

V. Exa. deve imediatamente designar um grupo de trabalho para que, em consonância com o que acontece no Ministério da Fazenda no Paraná se estude um aumento de emergência ou se transforme, como é uma das reivindicações do professorado e de todo o funcionalismo do Estado, o abono de outubro em aumento porque V. Exa. sabe que aumento é uma coisa e abono é apenas uma esmola.

Perdoe Governador Emílio Gomes, que vai ler daqui a pouco minhas palavras. É conselho de um homem que trabalhou sempre em favor do povo. Desde Vereador que fui, até Presidente de um Poder que é o Legislativo deste Estado. Em todas as suas atitudes evidenciou-se o respeito máximo pela vontade do povo.

Por esta razão encaminho um Requerimento que vou ler e que será tenho certeza, subscrito por todos os Srs. Deputados: (Lê)

“Senhor Presidente:

Em palestra que fez para a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, dias atrás, sobre o tema “A Modernização Administrativa do Governo Estadual como Agente de Desenvolvimento”, disse o Senhor Secretário da Fazenda que a receita tributária do Estado cresceu 164% nos últimos quatro anos, para concluir que constituem objetivos centrais do governo estadual a criação do desenvolvimento econômico e social acelerado em todo o Estado. Acrescentou ainda, o Senhor Secretário da Fazenda, que os grandes instrumentos de que dispõe o governo para atuar sobre os níveis de crescimento da economia e sobre os níveis de bem-estar da coletividade estão associados, basicamente, à sua capacidade de prestar serviços e fazer crescer a oferta desses serviços de acordo com as necessidades da coletividade.

É correto e bem justificado o ponto de vista do Senhor Secretário, que definiu, por uma abordagem econômica, a finalidade essencial dos governos. que é garantir amparo para a auto-promoção sócio-econômica da coletividade. As oportunas declarações do encarregado pelo setor financeiro do Estado, revelando um acréscimo de receita de 164%, e o ânimo de usar tais recursos na garantia do desenvolvimento, conflitam, entretanto, com uma atitude adotada pela administração. Concluído em dezembro de 1973, um anteprojeto de Estatuto do Magistério Público foi encaminhado pelo setor educacional do Governo ao Chefe do Poder Executivo que, por sua vez, o distribuiu ao setor administrativo-financeiro, para estudo das repercussões que teria a sua implantação no erário. Mais de dez meses decorreram, entretanto, sem que houvesse uma definição do Poder Público, forçando o professorado, através de suas atuantes representações de classe, a empenhar-se num movimento reivindicatório dos mais justos, no sentido de que proponha o Executivo seu anteprojeto a esta Casa, cumprindo assim o disposto em legislação federal.

Orá, nenhum serviço prestado pelo Poder Público é tão fundamental para a promoção sócio-econômica da coletividade quanto a Educação. E o crescimento de oferta, de acordo com os níveis de disponibilidade financeira do Estado, dependem hoje, essencialmente, da profissionalização do Magistério, em decisão que pende, exatamente, do setor administrativo e financeiro do Executivo. O próprio pronunciamento do Senhor Secretário da Fazenda reconhece que determinados tipos de serviços como a educação, não podem ser contabilizados como despesa e sim como investimento, visto que repercutem imediatamente sob a forma de promoção de toda a coletividade, aumentando seus rendimentos, sua produção, acelerando o desenvolvimento, resultando assim maiores recursos tributários.

Não há ângulo, portanto, sob o qual se encare o assunto Educação, que justifique a omissão da administração do Estado em implantar o Estatuto do Magistério Público, como instrumento de aperfeiçoamento do sistema de ensino. Os recursos existem, a implantação não é favor mas obrigação prevista em lei, foi dada ampla oportunidade para estudo do assunto, visto que o Estatuto, em suas proposições de filosofia educacional, está redigido há quase onze meses.

Nessas condições, voltamos a apelar, enfaticamente, ao Senhor Governador do Estado, para que determine o envio, a esta Casa, do anteprojeto do Estatuto do Magistério Público, com a maior brevidade, cumprindo uma obri-

gação com a qual a administração já está em falta. E reforçamos a argumentação de urgência com o próprio interesse do Estado em conter gastos públicos. Se não apreciada até 15 de novembro próximo a proposta governamental, exigiria o assunto convocação extraordinária deste Poder, fato que, pelas despesas desnecessárias, contraria o espírito de contenção de gastos inúteis vigentes neste País.

A omissão do Executivo, em enviar tal proposição, já respinga hoje desprestígio a este Legislativo, com a alegação, levantada pelo Magistério, de que pouco se tem atuado, aqui, para dar justiça ao sofrido professorado público. Rechassamos essa distribuição de responsabilidade, porque os Anais da Casa mostram quanto nós, e outros Senhores Deputados, temos nos empenhado por melhorias ao magistério e a todo o funcionalismo público. Não aceitamos mas entendemos o protesto das entidades de classe: a retenção do Estatuto, por mais de dez meses, revela apenas ânimo de procrastinação, contra o qual protestamos também, como legisladores que deverão estudar a matéria. Estejam certos os Senhores Deputados que, quando aqui chegar, finalmente, o anteprojeto do Estatuto do Magistério, há tanto retido na área do Executivo, ser-nos-á solicitado que apreciemos a matéria a curto prazo, e desta Casa será cobrada uma pressa fora do comum para assunto de tamanha complexidade. Mesmo nesta contingência, esta Assembleia, como sempre fez, corresponderá ao que dela se espera, e será sensível à preocupação dos professores, cumprindo a sua parte no processo com critério mas também com celeridade.

Isto posto, requeremos, aqui, seja enviado expediente ao Senhor Governador, para que envie a esta Casa, urgentemente, a proposta do Estatuto do Magistério esperando contar, para esse requerimento com apoio de todos os Nobres Senhores Deputados. E no final queremos encampar com argumento nosso, o fecho de um dos memoriais distribuídos pela Associação dos Professores do Paraná:

"Em se falando de Educação, o instrumento dela, o Professor, não pode ser omitido. Deve-se-lhe garantir a situação de dignidade e respeito na sociedade em que vive, proporcionando-lhe condições de nela participar com espírito de serviço público, e não como um decepçiondo, amargurado e desiludido pela insensibilidade daqueles que são responsáveis por velar e garantir os direitos estabelecidos por lei, para evitar que, futuramente, aquele que educa os filhos dos outros não tenha condições econômicas de educar os próprios filhos".

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1974.

Erondy Silvério
(Ass. Ilegíveis)

Tenho absoluta certeza de que os Srs. Deputados, por unanimidade, apoiarão esse Requerimento, porque é de justiça.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Erondy Silvério, nós que observamos nesta Casa o interesse inusitado que V. Exa. vem mantendo, em favor do encaminhamento do Estatuto do Magistério, para esta Casa poder apreciar e votar, lembramos, — o que vem demonstrar o desinteresse do Governo do Estado —, que encaminhamos em data de julho de 74 um Requerimento, pedindo que fosse encaminhado com a máxima urgência esse Estatuto, para que nós pudessemos aprová-lo.

Recebemos na oportunidade uma resposta assinada pelo Sr. Eduardo Tavares Pereira, dizendo que a nossa iniciativa tinha sido muito interessante, e oportuna, mas que eles estavam de certa forma, não acreditando que nossa iniciativa tivesse o necessário eco, que a nossa iniciativa tivesse o necessário amparo.

Mas o que imaginávamos naquela oportunidade, era o desinteresse talvez por razões que desconhecemos, porque existe no Governo do Estado, um super Secretário que boicota quase tudo o que interessa a esta Casa. Este super Secretário, que já me causou algumas decepções, é o causador principal dos entraves que existem na administração pública, e a ele eu responsabilizo pelo não encaminhamento do Estatuto do Magistério, até a presente oportunidade.

O que é preciso, é mais amor, mais entusiasmo, da equipe do Governo do Estado. Porque como os Srs. Deputados, como V. Exa., Deputado Erondy Silvério, tenho sabido defender os interesses da classe.

Congratulo-me com V. Exa., mas eu não creio, oxalá eu não tenha razões, oxalá, tenha o Requerimento encontrado a necessária guarida. Eu não creio que até o dia 15 de novembro, nos encaminhem, mas se encaminhar fará justiça a esta classe que há muito vem pretendendo que este Estatuto seja encaminhado a esta Casa sob pena desta classe perecer. Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de V. Exa. e vejo com satisfação fazer justiça a V. Exa. V. Exa. sempre batalhou em favor das justas causas não só do professor como de todo o funcionalismo público, nesta Casa. E é mais uma voz a reforçar. Porque a nossa luta vai continuar. Nós não descansaremos. É preciso que o Governador saiba disso. E não porque estamos em vésperas de eleições, mas a eleição é um episódio. Episódio que encerra-se em 15 de novembro. Mas nós continuaremos até 15 de novembro. Se o Governador não atender esta classe nós continuaremos a nossa luta.

Tenho absoluta certeza, se houver união, se houver manifestação, como estamos vendo nesta tarde de hoje, onde os professores da forma mais elogiável possível, assistem os debates desta Casa, se prosseguirem nesta luta ordeira, pacificamente, sem abandonarem os alunos que não tem culpa da má vontade dos Poderes governamentais para com a nobre classe dos professores, mas se continuarem neste mesmo espírito de união, serão fortalecidos pela adesão dos demais colegas. Eu tenho absoluta certeza de que o Governo acabará por conceder aquilo que é justo que não é favor nenhum.

Antes de terminar, Sr. Presidente, como eu sei, que estas notas taquigráficas serão enviadas ao Governador, pergunto a S. Exa. o nobre Governador Emílio Gomes, se a sua assessoria de imprensa, não colocou em sua mesa a "Folha de São Paulo", de hoje, página nove, em que diz o seguinte:

(Lendo): "331 mil servidores estaduais irão receber reajustamento de 30% nos seus vencimentos e demais vantagens."

A medida abrange o Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo. Vigência 1.º de janeiro de 75, incluídos, aposentadoria, extra-numerários, salário-família, salário-esposa fixados em 29,00 (trinta e nove cruzeiros); Polícia Militar, receberá também idênticas vantagens. Vitória parcial da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de S. Paulo."

Enquanto o funcionalismo de São Paulo pode dormir tranquilo porque o Governo daquele Estado concede um aumento compatível com a atual conjuntura econômica do País, o Governo do Paraná manda implantar em folha um abono de 10% que é uma bofetada no rosto do funcionalismo. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. Está devidamente apoiado. Será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Amélia, Kombi Wolks, ano 1966 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/74, de autoria do Deputado Francisco Borsari Netto, que dá nova redação ao art. 1.º, da Lei n.º 6.544, de 22 de maio de 1974. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/74, de autoria do Deputado Hédio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo dispensar a exigência da construção do restaurante popular tipo SAPS, constante no art. 2.º, da Lei n.º 726, de 31-10-51. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 214/71, de autoria do Deputado Hédio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo construir uma Rodovia, ligando os Municípios de Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz à Ortigueira, saindo na Rodovia BR-376 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 283-73, de autoria do Deputado Paulo Poli, que cria Cursos Normal e Científico, no Município de Terra Roxa, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/73, de autoria do Deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo construir, através da S.V.O.P., uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova, no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana no Município de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 276/73, de autoria do Deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública o "Centro Evangélico de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 276/73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO EVANGÉLICO DE CURITIBA, com sede na Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 1973.

(a) Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

O Centro Evangélico de Curitiba, tem finalidades das mais meritórias, visando não só o sentido espiritual do povo, mas também os setores assistenciais e educacionais, como se depreende de seus estatutos anexos.

Os membros da Diretoria nada percebem em termos de pagamentos ou subsídios e todos os recursos são aplicados integralmente em suas nobres finalidades.

Seus estatutos encontram-se devidamente registrados no 2.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de nossa Capital, com averbação n.º 794 — livro A, fundada que foi em 23 de maio de 1971.

São inegáveis os trabalhos realizados pela entidade durante esse período. O último deles está representado pela grande campanha popular anti-tóxica, que tem o lema "As drogas matam, Cristo liberta".

Daf, a razão pela qual esperamos haja aprovação da matéria, por ser de justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 276/73

1 — Visa o presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Igo Iwant Losso, declarar de utilidade pública o Centro Evangélico de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — Pelas razões apresentadas na justificativa pelo seu nobre autor, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Ovidio Franzoni — Relator.

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 276/73

O Projeto de Lei em exame, sob o n.º 276/73 e de autoria do nobre Deputado Igo Losso, visa declarar de Utilidade Pública o Centro Evangélico de Curitiba, com sede em nossa Capital.

Sob o ângulo que nos cabe examinar nada temos a opor, de vez que convalidado em Lei, apenas habilitará a entidade a gozar dos benefícios que daí decorrerão.

Somos, pois, pela sua APROVAÇÃO.

Sala de Reuniões, em 16 de outubro de 1974.

Quielise Crisóstomo — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/74, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de Utilidade Pública a Beneficência Assistencial Espírita, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 93/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Beneficência Assistencial Espírita, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Fabiano Braga Côrtes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 93/74

PARECER

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes o Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, visa declarar de Utilidade Pública, a Beneficência Assistencial Espírita, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Referida entidade preenche todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, ou seja, seu Estatuto Social está devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente, os membros da sua Diretoria não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração e está em pleno funcionamento há mais de um ano.

Assim sendo, face o exposto, a presente proposição está em condições de prosseguir o trâmite regimental.

Pela **APROVAÇÃO** do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/74, de autoria do Deputado Maurício Fruct, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Auxiliadora de Senhoras da Quarta Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 106/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Auxiliadora de

Senhoras da Quarta Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1974.

(a) Maurício Fruct

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação pertinente.

A documentação anexa diz e comprova as altas finalidades da instituição, principalmente a assistência social em todos os setores, dentro e fora da igreja.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 106/74

PARECER

Propõe o nobre Deputado Maurício Fruct que seja declarada de Utilidade Pública a Sociedade Auxiliadora de Senhoras da Quarta Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede na Capital do Estado.

A entidade enfocada preenche todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, ou seja, está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade, adquiriu personalidade jurídica, os cargos de sua diretoria não são remunerados.

Assim sendo e nada havendo sob o aspecto constitucional, legal ou jurídico, que obste à tramitação do Projeto, opino pelo **ACOLHIMENTO** do mesmo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Nelson Buffara — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, para que determine o envio a esta Casa, do anteprojeto do Estatuto do Magistério Público, com a maior brevidade possível, cumprindo com uma obrigação com a qual a administração já está em falta. — **Aprovado.**

Comunicamos aos Srs. Deputados que o prazo para oferecimento das emendas ao Projeto de Orçamento, para o exercício de 1975, foi fixado de 22 a 31 de outubro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, dia 24, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.